



**AS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE PEDAGOGIA – PROFEBPAR NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM IMPERATRIZ -
MA ¹**

Ariadne Rafaela Nogueira

Acadêmica do curso de Pedagogia

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Acadêmica do curso de Letras hab. Português Inglês

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

RESUMO

O presente trabalho traz uma análise reflexiva da atuação do Programa de Formação de Professores para a Educação Básica do Plano de Ações Articuladas – PROFEBPAR, na formação de docentes no município de Imperatriz, com base na visão dos próprios alunos. Nosso interesse é identificar quem são os indivíduos que buscam esse modelo de capacitação; levantar as motivações que os levam a buscar uma formação de nível superior, tendo em vista que estes já atuam na educação e relacionar a problemáticas vividas pelos professores/alunos durante o curso. Partindo-se da ideia de que o programa faz parte de um plano advindo das recomendações dos organismos internacionais que apresenta como meta a melhoria da educação por meio da capacitação dos professores pretende-se também perceber se o programa tem contribuído para a formação integral do profissional da educação, tornando-o um indivíduo reflexivo e atuante na construção de uma educação de qualidade.

Palavras-Chave: Reformas Neoliberais. Políticas Públicas. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

A década de 1990 representou um marco para a educação brasileira, tendo em vista o grande número de discussões decorrentes das imposições dos organismos internacionais, cujo objetivo era atender as demandas do capitalismo. Para isso se fez necessário pensar em uma educação universal que preparasse a sociedade para o trabalho.

Compreendendo que o professor é o mediador entre o conhecimento e o educando e tendo em vista a melhoria da educação, a formação deste passa a ser alvo de inúmeras discussões desencadeadas a partir das disposições dos documentos legais. O primeiro deles a tratar dessa temática, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, estabelece a necessidade

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Maranhão como requisitos para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia.



de formação superior aos professores. No entanto, havia um grande número de docentes em serviço que não atendiam a essa exigência, pois até então, os cursos de licenciatura não eram pré-requisito para essa atuação.

Com o objetivo de oferecer formação superior a estes profissionais o Estado passou a formular políticas afirmativas de formação docente por meio de programas de capacitação em serviço, que passaram a atender as particularidades desse público que já atua no magistério reduzindo, muitas vezes, o tempo de formação, sem promover desfalque nas escolas, e nem tampouco, gerar um ônus muito elevado aos cofres públicos. Dentre estes destacamos o PROFEBPAR, pelo fato de estar inserida nessa realidade como acadêmica do curso de Pedagogia através do programa, pela Universidade Federal do Maranhão desde o ano de 2012 e por atuar na Educação Infantil do município de Imperatriz - MA.

Para tanto, a pesquisa pretende analisar as contribuições do curso de Pedagogia – PROFEBPAR para a formação do professor da Educação Infantil em Imperatriz. Em virtude disso nossos objetivos são: identificar quem são os professores que buscam esse curso; levantar as suas motivações e relacionar as problemáticas vividas pelos professores/alunos no processo de associação da teoria à prática, durante o curso.

1 AS REFORMAS NEOLIBERAIS E AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

A década de 1990 trouxe para a educação um novo parâmetro, que partiu das orientações do Banco Mundial a fim de atender à demanda de uma Educação que fosse de fato destinada às novas necessidades do mercado de trabalho.

Nesse mesmo ano, teve início a sistematização do projeto neoliberal voltado para essa esfera a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos (CMEPT), ocorrida em Jomtien, na Tailândia, entre os dias 5 e 9 de março, que contou com a participação de 155 países e de grandes entidades internacionais.

A prioridade estabelecida nessa Conferência foi a universalização da educação básica com vistas na preparação da sociedade para o mundo do trabalho. Nesse sentido, para o Banco Mundial:

A educação básica proporciona o conhecimento, as habilidades e as atitudes essenciais para funcionar de maneira efetiva na sociedade, sendo, portanto, uma prioridade em todo lugar. Esses atributos incluem um nível básico de competência em áreas gerais tais como habilidades verbais, computacionais, comunicacionais e a resolução de problemas (BANCO MUNDIAL, 1995, apud TORRES, 1996, p. 131).



Sabendo-se que professor é ferramenta importante nesse processo, a sua formação mereceu atenção especial, visto que a nova demanda intensificou a necessidade da existência de professores habilitados para que possam atuar na educação básica. Nesse sentido, os organismos internacionais passaram a propor mudanças também na formação docente.

A reforma na formação de professores veio na sequência da prioridade de universalização do ensino fundamental; afinal para fazer face a esse contingente de alunos é preciso que se forme o pessoal necessário e adequado a tal empreitada. Alguns ministérios de educação consideraram a formação dos professores a segunda etapa das reformas educacionais. As reformas na formação de professores têm buscado traduzir uma preocupação básica a respeito do papel que esse profissional deve desempenhar no mundo de hoje (MAUÉS, 2003, p. 99).

Para isso, os organismos internacionais, passaram a determinar mudanças necessárias para efetivação das propostas neoliberais. Em virtude disto, no Brasil passou a ocorrer a revisão dos documentos legais em busca de viabilizar soluções no que diz respeito à formação dos profissionais da educação.

Desse modo, em 1996, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 que estabeleceu a necessidade de formação superior àqueles que pretendessem seguir a carreira docente e para isso incentivou a criação dos Institutos Superiores de Educação, a flexibilização da oferta de cursos normais superiores, de cursos especiais e de cursos à distância.

Contudo, essa nova exigência era para os indivíduos que ainda intentavam adentrar no campo educacional. Mas o que fazer com aqueles que já atuavam na educação básica e que não tinham a formação adequada?

Com o objetivo de atender essa demanda surge um novo pensar acerca da formação inicial desses indivíduos que já exercem a profissão, é o que chamamos de capacitação em serviço, que tem como objetivo propiciar o acesso a formação acadêmica a um número maior de professores; reduzindo não somente o tempo de estudo destes, mas também os custos dos financiamentos dessa formação.

Essa política de formação é resultado de um conjunto de ações implementadas pelo MEC em parceria com as secretarias de educação estaduais e municipais, e também as instituições públicas de educação superior destes, com o intuito de oferecer cursos superiores gratuitos e de qualidade, para professores que exercem o magistério em escolas da rede pública há pelo menos três anos, e que não se encontravam em conformidade com a LDB, ou que atuam fora da área de formação.

Esse modelo de capacitação é alvo de críticas por muitos autores que o analisam como um mecanismo de certificação em massa. Segundo Jara (2014, p. 1533), o mesmo



representa “[...] uma ação massificada de certificação, a partir da criação de milhares de vagas, sem que para isso fosse prevista a construção de uma sala sequer ou a contratação de novos professores”.

Todavia, o Banco Mundial considera a formação do professor, mesmo que em serviço, uma forma de superar problemas crônicos como a questão da existência de professores não titulados atuando na educação. Além disso, esse modelo pode contribuir para que o docente em exercício possa ampliar o seu conhecimento no que diz respeito à disciplina na qual atua, e às práticas pedagógicas que utiliza, bem como permite-lhe uma oportunidade de associação entre a teoria adquirida na capacitação e a prática executada em sala de aula. Esse último aspecto propicia a melhoria dos resultados de desempenho do alunado.

2 ANÁLISE REFLEXIVA DA ATUAÇÃO DO PROFEBPAR NA FORMAÇÃO INICIAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

O presente tópico é resultado da pesquisa realizada através de questionário aberto aplicado junto aos estudantes do curso de Pedagogia - PROFEBPAR, que atuam na Educação Infantil, no município de Imperatriz.

A pesquisa nos mostrou que há uma predominância feminina entre os alunos do curso de Pedagogia – PROFEBPAR, sobretudo os que atuam na Educação Infantil. As mesmas relatam que a motivação que as levaram a retornar à sala de aula como alunas decorre de fatores que vão desde a exigência da LDB 9.394/96 até a realização do sonho de ter um diploma de graduação, ressaltam ainda que o curso oferece conhecimento capaz de lhes qualificar profissionalmente permitindo que haja evolução em sua prática pedagógica.

As alunas do curso Pedagogia - PROFEBPAR enfrentam algumas dificuldades no decorrer do curso. Em alguns casos, a maior delas é de cunho pessoal, por se tratar de um curso de finais de semana, essas acadêmicas necessitam se ausentar de seus lares, deixando suas famílias para poder estudar. Além disso, existe a questão do tempo, tendo em vista que as mesmas precisam conciliar a semana de trabalho com aulas nos finais de semana, e ainda os trabalhos exigidos pelos professores.

Esses relatos reforçam o que autores como Jara (2014) e Nascimento (2012) chamam de sobrecarga dos trabalhadores da educação, tendo em vista que “[...] o docente já não utiliza daquele que deveria ser o tempo destinado ao descanso semanal, pessoal e familiar” (NASCIMENTO, 2012, p. 93). Todavia, mesmo com essas dificuldades há de se



levar em conta o esforço daqueles que mesmo esgotados após uma semana de trabalho árduo, decidem abrir mão do seu final de semana de descanso, e com a família em favor da sua atualização profissional.

Na concepção das informantes essa formação é relevante para a melhoria da educação básica, visto que além de atender o que é uma determinação legal ainda capacita os professores para melhor desempenhar o seu papel em sala de aula.

Compreendendo a importância da Educação Infantil para a construção da identidade dos pequenos é que se justifica a relevância da formação de professores capazes não apenas em ensinar conteúdos, mas acima de tudo disponibilizar aos seus alunos experiências de interação despertando o seu lado racional, juntamente com o seu emocional. Assim sendo, a capacitação profissional do professor é indispensável para o conhecimento nas especificidades de seus alunos.

Para a autora Pimenta (2008, p.141) uma formação “[...] realimentada por uma teoria que ilumine a prática e uma prática que ressignifique a teoria [...]” nos propiciaria um aprendizado constante e repleto de possibilidades de promover a eficiência de nossa atuação enquanto educadores transformadores da realidade.

Em sua análise como coordenadora do curso de Pedagogia ofertado pelo programa, Moura (2009, p. 53) diz que: “Através desses programas fortalecemos uma política que busca, até certo ponto, melhorar a educação no país, incentivando a formação atuante na rede básica de ensino”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação em Pedagogia oferecida pelo PROFEBCAR é resultado de uma política que visa melhorar a educação do país, por meio da capacitação dos docentes da educação básica.

Sabe-se que muitas são as críticas a respeito desse tipo de formação. Admite-se também que ele está longe de ser um modelo ideal. No entanto, é incontestável dizer que o mesmo tem atendido as demandas das secretarias municipais de educação na formação em nível superior de seus profissionais. Além é claro, de propiciar a permanência dos alunos, que são trabalhadores da educação, quando oferece as aulas nos finais de semana, favorecendo aqueles que não dispõem de tempo durante a semana para frequentarem o curso regular.

Percebemos que apesar das dificuldades vivenciadas pelas informantes, que vão desde fatores de ordem pessoal até mesmo a questão do tempo corrido, o curso trouxe



diversas contribuições para a formação docente das mesmas, promovendo a transformação da sua visão enquanto profissional.

Nosso interesse não é mascarar os problemas que se apresentam no decorrer do curso, mas sim apresentar a realidade de que esse programa de formação tem propiciado que muitos docentes adquiram uma formação adequada para a sua atuação pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394
Acesso em: 05 set. 2015.

_____. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. Documento Síntese. Brasília: DEB/CAPES, Brasília, DF, 2009.

_____. **Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Decreto 6.755 de 29 de janeiro de 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm. Acesso em: 30 out. 2015.

Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

JARA, Iaci da Costa. **Sobrecarga dos trabalhadores da educação através do PARFOR/UFMA**. Histedbr, 2014.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **Reformas internacionais da educação e formação de professores**. Cad. Pesqui., Mar 2003.

MOURA, Késsia Mileny de Paulo. **O curso de pedagogia do PARFOR no contexto de interiorização da UFMA**. Revista Profissão Docente. Uberaba, v. 14, n.31, p. 47-54, Jul.-Dez. 2014.

PIMENTA, Selma Garrido (org.) **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. São Paulo: Cortez, 2008.

TORRES. Rosa Maria. **Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial**. In: TOMMASI, L. De; WARDE, J. M.; HADDAD, S. (Orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Ed./Ação Educativa/PUC-SP, 1996. p. 125-194.